



UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ESPAÇO SOCIAL E DESEJO HOMOERÓTICO NA OBRA *NO PAÍS DAS SOMBRAS* DE AGUINALDO SILVA

Helder de Araújo Holanda

Ao propormos uma discussão envolvendo a expressão do desejo homoerótico nos espaços sociais ficcionais da literatura de Aguinaldo Silva, não pretendemos classificar certas narrativas como pertencentes a um tipo específico de produção literária, nem limitar sua leitura e rotular sua estrutura. Buscamos, sim, valorizar o homoerotismo como um elemento temático interessante a ser discutido na literatura brasileira. Dessa forma, analisamos, no presente artigo, a narrativa *No País das Sombras* (1979), com o objetivo de interrelacionar o homoerotismo, recorrente em muitas obras de Aguinaldo Silva, com os estudos teóricos sobre o espaço e a interferência deste na configuração das personagens de sua narrativa. Tal viés estabelece parâmetros mais concretos de análise e discussão da relação entre espacialidades e desejo homoafetivo na esfera dos estudos literários. Além disso, serão observadas suas interações e influências no processo de representação do sujeito e da natureza do seu desejo, a fim de se constatar como as espacialidades evidenciadas na narrativa influenciam ou interferem nas práticas homoeróticas dos indivíduos da narração. Especificamente nesta obra, temos personagens de inclinação homoerótica num contexto espaço-temporal que remete ao século XVII, período em que, segundo os postulados foucaultianos, as teorias e discussões sobre a sexualidade e suas diferentes representações não haviam sido iniciadas.

Entendemos que aceitar o homoerotismo como parte de uma estrutura narrativa, discutindo-o a partir de outros constituintes ficcionais como o espaço, é compreender que o desejo homoerótico é algo que pode ser lido como elemento temático possível a determinadas narrativas e não apenas como manifestação política de uma subjetividade, uma vez que contemplá-lo em diferentes contextos históricos e sociais amplia as possibilidades discursivas sobre o mesmo e fornece bases para novas percepções acerca de suas diversas expressões.

A primeira edição de *No País das Sombras* (1979) contou com um prefácio, assinado pela própria Editora Brasiliense, definindo-o como “*um documento imaginário da história do Brasil, vista sob o ângulo de um incidente específico: o relacionamento homoerótico entre dois soldados de El-Rey e seus desdobramentos*”. Essa narrativa de Aguinaldo Silva, apesar de ter recebido, em sua capa, a classificação de gênero *novela*, constitui-se, em sua totalidade, numa forma híbrida,



resultante da fusão de vários traços de outras modalidades de escrita e de gêneros literários como a reportagem e o romance. Previamente, ao início da narração, observamos uma nota esclarecedora em que se lê:

As personagens, baseadas em pessoas reais, surgem aqui como seres de ficção. Os nomes próprios do livro devem ser considerados pseudônimos. A ação é, por vezes, roubada à realidade, mas acaba por ter uma solução imaginária. Qualquer semelhança entre a literatura e a história é acidental (NPS¹, 1979, p. 10).

Percebemos, assim, que é estabelecido, de imediato, por parte do escritor, um jogo de relação entre ficção e realidade, cuja continuidade será feita pelo narrador-personagem, um jornalista inominado, que se propõe a reconstituir um suposto fato envolvendo soldados da realeza portuguesa, ocorrido no século XVI, período da colonização no Brasil, em Olinda, cidade do atual estado de Pernambuco.

Assim, em concordância com uma perspectiva neonaturalista de literatura, nos deparamos com uma obra iniciada por uma crônica de viagem, supostamente, do período de conquistas marítimas de Portugal, descrevendo a chegada do navio lusitano Belaguarda em terras brasileiras, após atravessar uma imensa tormenta marítima e enfrentar um prolongado eclipse. Essa descrição é concluída com a justificativa da alcunha dada ao país recém-descoberto, *País das Sombras*:

A escuridão que nos engolfara ao anoitecer prosseguiu, quando todos os indícios nos diziam já ser manhã [...] O eclipse que se abatera sobre nós durara além do esperado[...] Vagas abriram-se, repentinamente, jogando o Belaguarda para um lado e para o outro [...]. Mas que sol? se perguntavam todos; [...] à nossa frente havia terra, uma baía cheia de pequenas ilhas deixando para trás o que já então chamávamos, em voz baixa e com muito receio, de País das Sombras (NPS, 1979, p.14- 15).

Em seguida, o narrador-personagem, dentro da Biblioteca Nacional, assume a narração, esclarecendo o seu objetivo de pesquisar e escrever um livro sobre a história do soldado português Antônio Bentes, tripulante do navio Belaguarda. Para a execução do seu intento de jornalista, ele procurou livros contendo relatos sobre as expedições portuguesas na costa brasileira, nos anos de 1600, e referências diretas à biografia do soldado, cuja vida foi aniquilada pela simples razão de querer viver plenamente um amor com um colega de ofício. Nas páginas iniciais da narrativa, uma versão superficial do trágico episódio, ocorrido em 1604, é apresentada ao leitor:

¹ Abreviação do título da obra *No País das Sombras* (1979)



Em agosto de 1604 dois homens foram condenados à morte pela justiça do rei, nos tribunais de Olinda. Inicialmente, arrolados num processo confuso e secreto, à boca pequena correu a notícia de que conspiravam contra a coroa Portuguesa [...] a condenação e a morte se verificaram numa manhã de quinta-feira, naquele mês de muitas chuvas, e a notícia final da sentença, lida perante uma multidão sempre ávida por novos enforcamentos, fornecia o nome dos dois condenados – Antônio Bentes de Oliveira e Pedro Ramalho de Sá- nenhum outro detalhe. (NPS, 1979, p. 18).

Com a comprovação da incompletude do manuscrito, originou-se o desafio do narrador-personagem: como contar um fato incompleto? o jornalista-narrador começou a perceber, nas linhas da confissão de Bentes, o real motivo que ocasionou a prisão, o julgamento e a condenação seguida de morte dos jovens militares: o amor.

São doze horas e a noite me ataca por todos os lados. Parece que Pedro Ramalho permitiu-se influenciar pelos meus olhares e – por que não dizer?- pela promessa excitante de um mundo novo e estranho [...] Pedro Ramalho surgiu diante de mim, meia hora depois do prazo marcado. E sem uma palavra, como se um estranho demônio nos impulsionasse, nos aproximamos um do outro, nos tocamos e ali mesmo, em meio à noite, num jogo que não sabemos sequer como terminou, nos entregamos a toda espécie de intimidades [...] fomos donos um do outro e nos completamos (NPS, 1979, p. 20-21).

Mesmo estando com um manuscrito incompleto, o narrador prosseguiu no seu intento de esclarecer esse indefinido fato que remetia ao período inicial do processo de construção da história nacional brasileira e que apresentava, em seu cerne, uma discussão, cuja temática ajudaria posteriormente a esclarecer fatos relacionados a um período do qual não existem muitas informações ou registros comprobatórios.

A narrativa evoluiu com o surgimento de outro fato, o qual, além de fazer avançar o desenvolvimento das ações imprescindíveis à investigação do jornalista, estabeleceu um contraponto com o drama dos militares investigados e situou o leitor quanto aos dois planos espaço-temporais² (passado e presente) norteadores do fluxo narrativo. Ao despedir-se, no aeroporto, de uma amiga musicista (Terezinha Costa), recém-exilada política da ditadura militar de 60 que embarcou para Paris, o narrador recebeu dela, antes do embarque da mesma, um pacote com o diário de uma cortesã (Tália) degredada para o Brasil, na mesma época dos soldados. O referido acontecimento propiciou a compreensão de muitos detalhes sobre a história dos amantes mortos, por parte do narrador, bem como evidenciou o espaço no qual ele estava inserido: o Brasil da

² Esses planos remetem o leitor ao passado correspondente ao século XVII (Brasil-Colônia) e ao presente do narrador-personagem, situado no período da Ditadura pós-64



ditadura militar pós-64. Contudo, as informações nos textos de Tália não esclareceram todos os pontos de dúvida, gerando lacunas sobre como a condenação foi imposta aos amantes. A narrativa fluiu intercalando-se, no decorrer dela, além da voz do narrador-protagonista, outras vozes como a da cortesã Tália (através do seu diário) e dos relatórios do General da tropa e do Padre Barruel (Confessor dos condenados), bem como do auto de condenação referente ao caso de Antônio Bentes e Pedro Ramalho. Não bastassem todos esses textos de caráter, supostamente, histórico e, em parte confessional, intercalaram-se ainda, ao longo do tecido narrativo, cartas a um interlocutor identificado apenas como “Amigo”, a quem o narrador dirigia-se para ir organizando um sentido para os fatos investigados.

Interligados os pontos essenciais da trama, o narrador reconstituiu o acontecimento em que dois homens, soldados e degredados da Corte Portuguesa, no Brasil, foram punidos com a pena de morte e silenciados em seus desejos, pelo fato de terem assassinado o General que ameaçava a continuidade daquele sentimento inominado que os unia.

O narrador-jornalista estabelece também, a partir disso, um jogo de vozes plurais em que a voz narrativa cede, por vários momentos, a vez a outros personagens que, através de textos referidos a um ontem, constituem uma vocalidade paralela. Assim, temos uma narração ativa do narrador-protagonista, entrecortada por oito manuscritos (totais ou parciais), entre relatos pessoais, relatórios e auto de condenação, e sete fragmentos de cartas a um *Amigo* desconhecido.

Uma das maiores singularidades dessa obra é a articulação de períodos históricos distantes, aproximando-os pelo seu contexto de opressão, marginalização e injustiça, embora a relevância seja conferida ao contexto do Brasil Colonial, onde temos o amor entre iguais associado ao primitivo pecado da sodomia pelo poder social da época. Ao instigar uma discussão alicerçada em um tema marcado por um preconceito sexual, arraigado há muito tempo na sociedade, essa narrativa reitera discussões sobre violências simbólicas ocorridas e silenciadas em determinados períodos da nossa história.

Situados historicamente no século XVII, os personagens se inscrevem num contexto histórico-social em que ainda não havia a figura do indivíduo homoafetivo, nem discursos e classificações referentes a essas subjetividades que se distanciavam da norma heterocêntrica. Conforme o exposto anteriormente, a figura do homossexual é uma criação do século XIX. Então, como nos referimos aos dois soldados condenados pelo amor diferenciado se, socialmente, nesse período não havia a espécie que representava tal prática, mas tão somente um ato interpretado como pecaminoso?



Antônio Bentes e Pedro Ramalho estão ambientados numa época em que eventos como a Reforma Protestante, a Contra Reforma Católica e o estilo artístico denominado Barroco determinaram a instauração de um período marcado por terrorismo religioso, perseguições, julgamentos, condenações e mortes. A Igreja Católica Romana, na figura do Tribunal da Inquisição, desencadeou um processo de inibição e punição de todos os desvios morais e comportamentais que ameaçassem macular e afetar a ordem e a moral impostas pela Igreja Católica e pelo Estado. Um rigoroso controle foi promovido por parte da justiça tanto civil quanto eclesiástica. Entre os vários tipos de pecado de luxúria, visados pela Contra-Reforma, distinguiam-se aqueles “contra a natureza”. Nasceu assim o conceito de *sodomia* que era definida como:

Um pecado gravíssimo, que não prescrevia jamais, continuando digno de punição por muito tempo. Como se tratava de um desvio ditado pelo demônio, a Igreja e a Inquisição associavam a prática de sodomia com a bruxaria e as heresias dos cátaros templários (TREVISAN, 2002, p. 110).

Mesmo referente a um pecado passível de ser cometido por ambos os sexos, a sodomia, também chamada de pecado nefando, foi retratada, nos registros históricos, mais como um pecado praticado por homens os quais, uma vez cometido este delito, ficavam conhecidos por somítigos, sodomitas ou fanchonos. Prova disso é que:

[...] embora a inquisição tivesse poderes para perseguir a sodomia heterossexual, ou seja, a cópula anal entre o homem e a mulher, só há notícia de duas mulheres sodomitas que chegaram a ser efetivamente processadas e degredadas, não obstante os Cadernos Nefandos³ contenham mais de meia centena de denúncias deste pecado “contra a natureza” (MOTT, 1988, p. 125-126).

Como percebemos acima, no contexto histórico do século XVII, a sociedade ainda não tinha amadurecido a ideia das subjetividades, uma vez que o Estado Teocrático só vislumbrava *pênis* e *vaginas* como produtos primários e imprescindíveis à reprodução, portanto qualquer prática que ousasse burlar essa estrutura arraigada socialmente, introduzindo uma visão nova sobre o sexo e o prazer eram, imediatamente, criminalizadas como pecado contra a ordem natural das coisas e, conseqüentemente, contra Deus.

³ Relatos oficiais sobre os crimes investigados e julgados pela Santa Inquisição nos séculos XVI, XVII e XVIII no Brasil.



Ainda de acordo com esse antropólogo, as esferas do poder da época defendiam a ideia de que mais do que punir a sodomia, era necessário erradicá-la da sociedade:

A tentadora alternativa erótico-social proposta: a destruição da indissolubilidade compulsória do matrimônio, a dissociação do livre prazer sexual, liberto da abominável cadeia imposta pelo Levítico e pelo Concílio de Trento, alforria da procriação obrigatória e o rompimento das barreiras de idade, raça e condição sócio-econômica nas interações erótico-sentimentais (MOTT, 1988, p. 126).

A sodomia constituía-se, então, de uma ameaça à estrutura social perfeita imaginada pelo poder dominante. Contudo, o Santo Ofício só castigava ferrenhamente a “sodomia perfeita”, ou seja, aquela em que se confirmava a prática anal com a penetração e derramamento de sêmen no ânus. Outros atos identificados com a sodomia imperfeita, tais como o coito femural e a masturbação compartilhada, eram apelidados de “molice” e recebiam punições mais brandas. O preconceito aos sodomitas perfeitos advinha, sobretudo, da crença de que as pragas nas lavouras, as secas e as pestes que assolavam o país eram associadas a eles.

Mott (1988) ressaltou também que Igreja e Estado não mediram esforços no sentido de criminalizar o amor entre as pessoas do mesmo sexo e punir atitudes e comportamentos destoantes da norma social estabelecida, gerando a repressão aos atos considerados, por essas estruturas, como abomináveis, uma vez que nem mesmo a tolerância, por parte da sociedade, era possível aos “diferentes”, ou às pessoas que se afastavam afetivo e sexualmente das práticas e normas meramente reprodutivas.

Verificamos assim que os amantes estavam inseridos num espaço social onde os seus sentimentos foram reduzidos à categoria de pecado nefando, não havendo uma aceitação da prática afetivo-sexual deles, considerada uma ruptura imoral e degradante da norma heterocêntrica e religiosa. Eram sodomitas, ou seja, pecadores, nada mais. Não há, portanto, a identificação de um homoerotismo e de sujeitos homoeroticamente inclinados, mas tão somente, em alguns lugares, pessoas que se utilizavam da prática sodomita, para atenuarem o sofrimento vivenciado por terem de calar o desejo pelo outro do mesmo sexo. O clima de terror denotado e conotado pela espacialidade descrita foi de condenação e vigilância ao pecado e, embora Antônio e Pedro vivessem a materialidade física do seu sentimento, foram indivíduos condenados, previamente, por um sistema social moralizador no qual a imoralidade imperava nas mais diversas instâncias.



Degradados do seu país, os protagonistas Bentes e Ramalho constituíram-se *estrangeiros* não somente pela sua condição de exilados portugueses, mas, principalmente, por serem estranhos a si mesmos e aos outros no que se refere à prática e vivência de um desejo entre iguais. O espaço não os reconheceu ou não os legitimou em sua dignidade de seres humanos e nem os respeitou em função da sua prática desviante, desencadeando um drama maior para os exilados.

Portanto, *No País das Sombras*, o reconhecimento da diferença e da alteridade almejado pelos estrangeiros não ocorre nem pelas outras pessoas, nem por eles próprios, já que, para Wilson (1985, p. 152-153) “o problema final do *outsider*⁴ é o “Quem sou eu?”. Pois bem, quem é ele precisamente? [...] Essa é a principal tarefa do *outsider*: conhecer a si mesmo”. E como esse autoconhecimento não é alcançado pela maioria dos estrangeiros, resta-lhes absorver e reproduzir o discurso dominante condenatório como fazem os soldados-amantes da narrativa em análise, conforme notamos em:

É a vontade de explicar *o mal que me dominou*, com o prejuízo de muitos e, principalmente, do meu querido amigo Pedro Ramalho de Sá, a quem eu, de todas as maneiras *induzi à prática de atos criminosos*. Pedro Ramalho de Sá surgiu diante de mim meia hora depois do prazo marcado. E sem uma palavra, *como se um estranho demônio nos impulsionasse*, nos aproximamos um do outro, nos tocamos [...] num jogo que não sabemos se quer como terminou, *nos entregamos a toda espécie de intimidade* (NPS, 1979, p. 19- 21, grifo nosso).

Como percebemos na citação acima, as expressões destacadas comprovam uma reprodução consciente do discurso hegemônico repressor pelos protagonistas, embora eles não consigam renunciar a essa prática considerada diabólica. Palavras como *mal*, *atos criminosos* e *demônio* representaram, fielmente, a assimilação dessa visão errônea de pecado e crime a eles imputada.

Assolados pelo medo, pela culpa e pela incompreensão, os soldados protagonistas dessa relação amorosa e sexual, condenada socialmente, em raros momentos apresentaram lampejos de defesa do sentimento experimentado de maneira tão plena:

Padre, perdoai essa alma embrutecida. Se é verdade que todos os homens são filhos de Deus, posso dizer que fui filho de um estranho casamento, porque meu pai é da mesma forma o demônio. Não que eu não tenha lutado contra isso, meu padre, mas é que a força do mal é maior do que nossas intenções [...] Este homem que será enforcado comigo amanhã, Antônio Bentes de Oliveira, *eu o amei e o amo ainda, e é nisto que se baseia a força do mal, essa que nos atacou e nos venceu* [...] e depois de muitos encontros e as muitas vezes

⁴ Designação em inglês para o termo *estrangeiro*.



em que nossos corpos se enlaçaram, Isso nos enchia de força, *porque éramos dois* (NPS,1979, p. 93-94).

O excerto nos demonstrou uma atitude inicial de autocondenação, assumida pelos amantes em relação ao seu modo de sentir, que evoluiu para uma reflexão madura do sentido real do amor que os uniu. No entanto, nem mesmo diante disso, poderemos falar em afirmação de uma subjetividade nem de sujeito homoafetivo, visto que ainda não era perceptível, nessa espacialidade cultural, aquilo que Foucault (1998) chamou de processos de subjetivação, ou seja, não existiam as práticas refletidas e voluntárias, dotadas de valores e consciência das singularidades responsáveis pela constituição do sujeito. Há também, na passagem transcrita, uma ironia implícita, característica da fala dos *outsiders* que:

Pensam não ser o mundo nem racional, nem bem ordenado. E, por isso quando eles expressam seu senso de anarquia em face da aceitação complacente, não o fazem motivados apenas pela necessidade de zombar da respeitabilidade. O que os impele é a sensação angustiante de que a verdade deve ser dita, custe o que custar, pois do contrário não poderá haver esperança (WILSON, 1985, p. 5).

Constatamos, então, que esses indivíduos da narrativa representaram, no contexto histórico revelado na obra, muito mais uma quebra ou ruptura do perfil da masculinidade, defendida pela norma social vigente, do que propriamente uma nova categoria de indivíduos com subjetividades diferenciadas. Bentes e Ramalho são, portanto, além de *outsiders* (*estrangeiros*) seres desterritorializados, uma vez que a existência de uma territorialidade pressupõe que:

Existam relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas, uma localidade, região ou país, e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir próprio no âmbito de um dado espaço (ALBAGLI, 2004, p. 28).

Outro ponto interessante a ser destacado é que os espaços sociais da narrativa, na maioria das vezes, ou isolaram ou invisibilizaram os amantes, como o fazem *a casa de Tália e a floresta*. Porém, em outras situações, revelaram e geraram provas para as condenações dos militares transgressores da ordem sexual. Tália, ao ser inquirida pelo Padre Barruel sobre os encontros de Antônio e Pedro em sua moradia, não só os confirmou, como também defendeu a espontaneidade do sentimento entre os militares:



- Para mim, padre, eles não passavam de amantes
 - *E você considera o fato de dois homens se amarem uma coisa natural?*
 - *A natureza para mim, é uma força em constante expansão, padre, ela se permite tudo.*
 - Deus molda a natureza, mulher.
 - E por que Deus não impediu que eles se amassem? Oh, padre, eu os tive aqui tantas vezes!
- (NPS, 1979, p. 51, grifo nosso)

Comprovamos nas falas do Padre Barruel e da cortesã Tália, dispostas no excerto acima, uma instigante discussão sobre essa relação, muitas vezes conflitante, entre natureza e cultura. A partir do espaço da natureza, temos um questionamento de uma prática considerada proibida, tomando por base duas visões: a primeira, centrada na voz do sacerdote, apelou para um conceito de natureza imutável, inanimada, criada e controlada por Deus; a segunda, representada por Tália, revelou-nos uma percepção progressista que comunga com o pensamento de Merleau Ponty (2000) o qual defendeu ser a natureza algo vivo e dinâmico capaz de esclarecer muito sobre nossa relação com nós mesmos e com os outros. Ao afirmar que “a natureza é uma força que se permite tudo”, Tália confrontou a norma heterocêntrica dominante, embasada num conceito estático de natureza e sexo, sugerindo que certas posturas e atitudes, pudessem assumir um caráter “natural” não porque são naturais em si, mas porque eram culturalmente naturalizadas.

A visão que Tália teve, nesse contexto discursivo, se aproximou de visões “democráticas”, existentes na sociedade hodierna, no que se refere às sexualidades dos indivíduos. Em “a natureza para mim é uma força em constante expansão, padre, ela se permite tudo” (NPS, 1979, p. 51) é possível ler, pela fala da personagem, o pensamento do autor no que concerne às sexualidades e suas práticas, ou seja, que à “natureza” é possível o diverso, o múltiplo, o diferente, vez que a cultura atua sobre e a partir do sujeito, numa dinâmica onde nem sempre é possível o previsível, sendo aceitável cogitar formas outras de se relacionar sem os antigos estigmas, preconceitos e discriminações.

Vale salientarmos ainda que o narrador-personagem utilizou-se, na narrativa, de uma consistente representação de elementos da natureza, para, a partir dela, construir outras imagens e ressignificações para o contexto dos protagonistas. Tal percepção pode ser comprovada em cenas como a da captura dos amantes, já antes referida:

[...] quando dormiam, abraçados e trêmulos, nos galhos mais baixos de uma árvore frondosa, ao amanhecer [...] Os soldados cercaram a árvore em silêncio para que não acordassem [...] a respiração dos dois era entrecortada e suas mãos, enlaçadas, de vez em



quando se crispavam num aperto [...] *No meio daquela floresta ameaçadora eles pareciam realmente uma coisa nova e estranha* (NPS, 1979, p. 90, grifo nosso).

Numa clara alusão ao mito bíblico da expulsão do Éden, o narrador-personagem propôs uma associação com a interpretação desse mito que, para Brunnel (1997, p. 295), “é a negação pela criatura de uma Ordem estabelecida pelo Criador”. Nas entrelinhas, percebemos uma analogia com a situação dos indivíduos do mesmo sexo, que ousam ceder à “tentação” de vivenciarem seu desejo inominável, desafiando o padrão de masculinidade estabelecido. Bentes e Ramalho ao fraturarem essa identidade do macho compulsivo problematizaram ainda o que era natural e cultural dentro de uma sociedade marcada pela negação das diferenças.

CONCLUSÃO

Nessa narrativa de Aguinaldo Silva, o espaço, no qual as personagens militares se inseriram, corroborou a visão social negativa, presente no século XVII, sobre “o amor que não ousa dizer o nome”. As espacialidades por onde transitaram as personagens, em nenhum momento, constituíram-se territórios das mesmas, sendo apenas espaços de fuga e silêncio.

Há *No País das Sombras* aquilo que Costa (1992) definiu como a busca da história perdida, fazendo coro à opinião de Trevisan (2002, p. 59) de que “é preciso se contrapor às tentativas reiteradas de se esconder a vivência sexual sob o tapete da história brasileira”. O narrador-personagem discutiu o “homoerotismo masculino” focalizando-o numa espacialidade primitiva (Período da Colonização), no intuito de promover o resgate e a discussão dessa temática numa outra espacialidade (Período da Ditadura Brasileira), também marcada pela repressão e pelo desrespeito à diferença. Ao ter como principal espaço de sua pesquisa e de trânsito a Biblioteca Nacional o narrador-personagem pode ter desejado retirar do silêncio do tempo e dos séculos as histórias daqueles que, mesmo subvertendo o conceito de normalidade, também contribuíram para a formação de uma história e de uma memória coletivas.

Até o presente momento, a perspectiva homoerótica como estilo de vida não se mostrou patente nessa narrativa integrante da produção escrita de Aguinaldo Silva. Constatamos somente o quanto também de primitivo há na forma de Bentes e Ramalho se relacionarem, pois o que almejavam, prioritariamente, ou o que conseguiram viver, no contexto em que estavam inseridos, não ultrapassou os limites do prazer físico, fato revelador da justificativa de grande parte dos sujeitos engessados na heterossexualidade compulsória que veem nos sujeitos da diversidade sexual



somente corpos destituídos de sentido que buscam, unicamente, a satisfação da libido. Podemos afirmar ainda que, embora algumas vezes, uma afetividade entre os soldados seja perceptível em poucas partes da narração, geralmente, através de falas ou comentários curtos das próprias personagens, o relacionamento amoroso em seus detalhes não é revelado ao leitor, por não existir, no espaço habitado pelos personagens, o suporte para uma vivência plena dessa forma de relação. Além disso, inexistiam, no espaço dessas personagens, no século XVII, espacialidades detentoras de uma homocultura, bem como territórios outros onde pudessem ser estabelecidos processos de subjetivação para a afirmação pessoal desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius, BRAGA. *Territórios em Movimento: Cultura e Identidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília. Sebrae, 2004, p.28.

BACHELARD, Gaston. *A poética do Espaço*. Trad. Antônio da Costa Leal. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: A teoria do Romance*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 1993.

BARCELLOS, José Carlos. *Literatura e homoerotismo em questão*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.

BORGES FILHO, Ozíris. *Espaço e Literatura: Introdução à topoanálise*. São Paulo: Ribeirão Editora, 2007.

BRUNEL, Pierre. *Dicionário de mitos literários*. Tradução Carlos Sussekind. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 2000.

CIRLOT, Juan Eduardo. *Dicionário de Símbolos*. Tradução Rubens Eduardo Ferreira Frias, São Paulo: Editora Moraes, 1984

COSTA, Benhur Pinós da. *Por uma geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia), UFRGS, Porto Alegre.

DIMAS, Antônio. *Espaço e romance*. São Paulo: Ática, 1995.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade do saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1990.



_____. *História da sexualidade 2: o uso das prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização e identidade*. Niterói: EDUFF, 1997.

KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Tradução de Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo, Martins Fontes, 2000

MOTT, Luis. *O sexo proibido*. São Paulo: Editora Papirus, 1988.

SILVA, Aguinaldo. *No País das Sombras*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

SUSSEKIND, Flora. *Literatura e vida nacional* (coleção Brasil e os anos do autoritarismo). Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

WILSON, Colin. *The Outsider*. Tradução de Margarida Maria. São Paulo: Martins Fontes, 1985.